

Onde estão os Empregos que Tirem as Pessoas da Pobreza no Brasil?

por Ana Flávia Machado, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG e Rafael Perez Ribas, Centro Internacional da Pobreza

Nas áreas urbanas do Brasil, as oportunidades de emprego determinam a mobilidade econômica e a pobreza. Mas nem todo trabalho proporciona ganhos suficientes para tirar as famílias da pobreza. Postos de trabalho para os trabalhadores pobres são escassos no setor formal. Para melhorar os seus rendimentos, os pobres recorrem a empregos informais, não registrados, que são altamente vulneráveis. A contribuição dos empregos informais para a redução da pobreza não deve ser desprezada.

Nas áreas metropolitanas do Brasil, cerca de 70 por cento das pessoas que estão pobres em um determinado mês permanecem na pobreza no mês seguinte. Cerca de 53 por cento deles ainda estão na pobreza após 12 meses. Estas taxas são ligeiramente inferiores àquelas dos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, por exemplo, cerca de 60 por cento das faixas de baixa renda permanecem na mesma circunstância depois de um ano. Isto sugere que os mercados de trabalho metropolitanos do Brasil têm sido mais eficazes na promoção da mobilidade de renda dos trabalhadores pobres. (Utilizando a Pesquisa Mensal de Emprego do Brasil de 2004, definimos a pobreza pela renda per capita em relação à linha de pobreza relativa de 60 por cento da renda mediana).

Os vínculos entre as condições de emprego e mobilidade de renda não têm sido adequadamente analisados em muitos países latino-americanos, incluindo o Brasil. Para preencher esta lacuna classificamos os trabalhadores com idade de 18 a 60 anos em três faixas. A primeira inclui os trabalhadores do setor formal (empregados registrados, empregadores, funcionários públicos e profissionais registrados). A segunda consiste dos trabalhadores do setor informal (trabalhadores por conta própria ou empregados não registrados). Na terceira faixa estão os desempregados - aquelas pessoas que estão sem emprego, mas buscando um, de acordo com a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em seguida, observando a condição inicial de trabalho, identificamos a percentagem de pessoas que passaram da pobreza para não-pobreza.

No que diz respeito à mobilidade ascendente, 3 por cento dos trabalhadores pobres do setor informal saem da pobreza no mês seguinte. Para os trabalhadores do setor formal, a taxa é de apenas 1 por cento, e, portanto, os trabalhadores pobres no setor formal são menos suscetíveis de escapar à pobreza. Além disso, cerca de 85 por cento dos trabalhadores informais que saem da pobreza continuam trabalhando no setor informal e apenas 11 por cento mudam para um emprego formal (vide a tabela). Daí estes trabalhadores poderem escapar à pobreza, permanecendo no setor informal.

Os desempregados saem da pobreza a uma taxa mais elevada de cerca de 6 por cento. Cerca de 51 por cento deles encontram trabalho e, assim, melhoram os seus rendimentos. O resultado mais interessante é que apenas 14 por cento dos desempregados registraram mobilidade ascendente como resultado de encontrar um emprego formal. Isto sugere que o setor formal não tem ajudado as pessoas a escapar à pobreza tanto quanto o setor informal. Empregos informais são responsáveis por 37 por cento da mobilidade ascendente vivida pelos desempregados. A mobilidade ascendente da outra metade poderia ser explicada pela entrada de outros membros do domicílio no mercado de trabalho - o "efeito trabalhador adicional".



As cifras para a mobilidade descendente mostram que 3 por cento dos desempregados e 4 por cento dos trabalhadores informais que não eram pobres ficaram mais pobres depois de um mês. Para os trabalhadores do setor formal, a taxa mensal de entrada na pobreza é apenas de 2 por cento. Os trabalhadores do setor informal, por isso, são os mais suscetíveis de cair na pobreza porque podem ter falta de proteção social durante as recessões econômicas.

Independentemente de sua condição inicial, cerca de 60 por cento dos pobres que caem na pobreza mantém a mesma situação trabalhista. Ou seja, os trabalhadores permanecem no seu setor inicial e os desempregados permanecem desempregados. Mas a percentagem de trabalhadores que entra na pobreza por causa de desemprego é mais elevada no setor informal (16 por cento) do que no setor formal (12 por cento).

Em conclusão, as oportunidades de emprego são cruciais para a redução da pobreza urbana. Obviamente, o setor formal oferece as melhores condições para os trabalhadores, mas no Brasil os pobres têm acesso muito limitado a este setor. A informalidade tem sido um meio alternativo de promoção da mobilidade ascendente sob condições de baixa renda, apesar de sua maior vulnerabilidade.

Uma política eficaz deve centrar-se na criação de empregos formais. Isto pode ser feito através da melhoria das qualificações dos trabalhadores e tornando o emprego formal mais atraente. A expansão de crédito para as pequenas empresas também ajudaria. Melhores redes de segurança que protejam tanto os trabalhadores formais como os informais pode ser uma alternativa de política eficaz em curto prazo.

Referência:

Machado, Ana Flávia, Rafael P. Ribas e Mariângela Penido (2007). Mobilidade entre Estados de pobreza e Inserção no Mercado de Trabalho: uma análise para o Brasil metropolitano em 2004; Texto para discussão n.º 300. Belo Horizonte, Cedeplar / Universidade Federal de Minas Gerais (disponível em [www.cedeplar.ufmg.br / Pesquisas / td / TD% 20300.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/Pesquisas/td/TD%20300.pdf)).

Trabalhadores que entram e saem da pobreza nas áreas metropolitanas brasileiras. 2004 (%)

Condição inicial	Saindo da pobreza	Condição no mês seguinte			
		Informais	Formais	Desempregados	Inativos
Informais	3	85	11	1	2
Formais	1	9	91	0	0
Desempregados	6	37	14	32	17

Condição inicial	Entrando da pobreza	Condição no mês seguinte			
		Informais	Formais	Desempregados	Inativos
Informais	4	58	4	16	22
Formais	2	9	61	12	19
Desempregados	3	3	2	60	35

Fonte: cálculo dos autores baseado na Pesquisa Mensal de Emprego do Brasil, 2004.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

www.undp-povertycentre.org